

**Graça Carapinheiro, Saberes e Poderes no Hospital, uma sociologia dos serviços hospitalares, Porto, Ed. Afrontamento (1993)**

Este livro apresenta-nos uma “investigação sociológica do hospital”, realizada pela autora no quadro das actividades académicas, tendo constituído a sua tese de doutoramento.

Logo no prefácio se fala da intenção de contribuir para o preenchimento de uma lacuna na produção de conhecimento sociológico em domínios como o da saúde, da doença e da medicina.

No entanto, para além dos inegáveis contributos ao conhecimento da sociedade portuguesa na área da sociologia da saúde, este trabalho de investigação participa efectivamente na discussão de importantes e actuais teses da **sociologia das profissões**, fornecendo, portanto, também contributos a esta área de conhecimento. É isso que tentaremos mostrar aqui.

1 - Em primeiro lugar pode falar-se de um contributo teórico-metodológico que se materializa na confirmação da importância e da possibilidade do estudo de instituições nos processos de construção social das profissões. Vejamos.

Tradicionalmente, no estudo das profissões, são frequentes duas abordagens muito diferentes nos seus pressupostos, temas ou problemáticas, objectivos e metodologias, constituindo, por assim dizer, duas grandes tendências, que muitas vezes mutuamente se opõem e ignoram: são as abordagens centradas na **estrutura**, por um lado; e, por outro, as que colocam a ênfase no **processo**.

Reunem-se, de forma simplista, no primeiro caso, os trabalhos que atribuem particular atenção aos atributos ou características dos grupos profissionais, às etapas de evolução, à estrutura e formas de organização, e à função social das profissões.

As profissões são consideradas como uma espécie particular de ocupação, distinguindo-as o facto de constituírem comunidades unidas por valores e a mesma ética de serviço à comunidade, cujo estatuto resultaria de um saber científico e prático aplicado na identificação e resolução de problemas. Tais comunidades (entendidas como grupos reais) seriam sustentadas por estruturas constituídas por instituições de formação de nível superior, por associações de pares e por sistemas de credenciais.

Neste quadro teórico a divisão do trabalho ou a estrutura ocupacional é um conjunto de actividades produto de um processo de diferenciação funcional, determinado pelo estado da técnica e pelas condições materiais de realização das tarefas, reflectindo, portanto, uma anterior estrutura de conhecimento, que resultaria da capacidade de responder a necessidades sociais essenciais.

Mas a investigação apresentada neste livro inspira-se num outro tipo de abordagens que enfatizam as práticas profissionais. Mais exactamente, pode considerar-se que actualiza a corrente interaccionista, a qual reclama o carácter de construção social do fenómeno das profissões e que, estando na origem da segunda perspectiva atrás referida, tem na base o conceito de **processo de profissionalização**.

As profissões são, então, abordadas não como grupos reais, mas como “folk” categorias, sendo os atributos, os elementos da estrutura, os discursos e as práticas, considerados instrumentos utilizados no processo de profissionalização; e, por outro lado, o profissionalismo analisado como uma ideologia.

A divisão do trabalho é agora um facto social que precisa ele mesmo de ser

explicado e cuja configuração resulta da distribuição de papéis diferentemente valorizados pela sociedade. Tal processo de distribuição de papéis não é “natural”, pelo contrário, é objecto de conflitos e negociações, de que resultam hierarquizações e segmentações, devendo constituir o ponto de partida de toda a análise sociológica do trabalho.

Assim, o que distingue as profissões das restantes ocupações não são os seus traços característicos, a orientação para o serviço à comunidade, etc., mas o facto de serem constituídas por grupos que obtiveram, por estratégias diversas, uma posição de força (monopólio e exclusividade) sobre o mercado de trabalho, posição que lhes permite maximizar vantagens económicas e sociais.

Tradicionalmente, os estudos orientados por estes pressupostos procuram analisar os processos — constituídos fundamentalmente por “jogos de organização” e “jogos de discurso” — de construção e estabilização das interacções que possibilitam e ajudam uma ocupação a conquistar e perenizar o estatuto de profissão. Uma particular atenção é dada, por exemplo, aos mecanismos de socialização profissional, de transmissão das aprendizagens sociais e culturais.

Contribuições mais recentes a esta perspectiva argumentam que o **saber**, isto é, o corpo de conhecimentos formal e abstracto, em torno do qual se ancoram as profissões, juntamente com as instituições que asseguram a sua transmissão e protecção, estão na base dos “jogos de organização” e dos “jogos de discurso”, são o elemento essencial e o suporte último do estatuto e do poder das profissões.

Como referimos já, o livro “Saberes e poderes no hospital” insere-se nesta linha de abordagens: no quadro das profissões médicas e no contexto das situações e dos quotidianos de trabalho desenvolvidos no serviço hospitalar,

analisa o processo de transformação dos saberes formais em poderes profissionais.

As práticas, a organização do trabalho, as formas e modalidades de integração na organização constituem-se em indicadores do processo de construção dos poderes médicos, na sua manutenção e reagrupamento social.

De forma, diria, brilhante, a autora introduz-nos no serviço hospitalar, recriando, ao nível do discurso, o ambiente propício ao entendimento dos sentidos de tudo o que ali se passa. À entrada é-nos fornecida a chave de código elaborada com conceitos como negociação, saber formal, saberes, poderes, autoridade, actor, instituição.

E, posteriormente, somos convidados a olhar o serviço hospitalar nas suas dimensões de organização do espaço, organização do trabalho, circulação de agentes, interacções e comportamentos, etc., com novas lentes, que nos permitem visualizar um palco em cujo cenário se desenrola uma peça para a qual temos o privilégio de conhecer o fim e o sentido.

“(…) independentemente de critérios técnicos de organização do espaço hospitalar eles revelam-se sujeitos a apropriações sociais, instrumentos de produção da ordem social (...). As disposições espaciais dos lugares, para além de traduzirem a supremacia do grupo social dominante, (...) traduzem também a organização do controlo social, é o que se pode concluir pela posição estratégica de certos lugares, autênticos postos de vigilância dos comportamentos dos doentes. Assim as salas de trabalho dos enfermeiros situam-se sempre em frente das enfermarias.” (pag 104)

O quotidiano de trabalho surge como um “lugar simbólico e de aprendizagem dos comportamentos para saber estar no hospital”, um espaço de socialização marcado pela divisão hierárquica do trabalho.

“O princípio dominante da divisão do trabalho é a oposição entre comando e execução (...). Significa que entre médicos e enfermeiros desenvolve-se mais uma relação de dominação/subordinação do que uma relação de cooperação, aliás já explicitada pela organização do espaço físico e respectivos elementos simbólicos.”

Este trabalho de iniciação de leigos e observadores no mundo do serviço hospitalar é feito com suprema elegância e perícia, permitindo a apreensão do sentido e finalidade de um “drama”, que escapa aos próprios actores envolvidos. O drama é o da construção de um fenómeno social — poderes profissionais — cuja essência reside nos saberes profissionais. É da passagem, da transformação dos saberes em poderes que a peça nos fala.

“(…) no desenrolar da prestação de cuidados médicos, nas visitas dos médicos às enfermarias, nas distâncias físicas que são mantidas, na linguagem, nas relações que se estabelecem entre as hierarquias médicas e as hierarquias de enfermagem, nas reuniões clínicas dos serviços, os rituais, os discursos, a ocupação do espaço, a ordem das intervenções, os silêncios, as presenças e as ausências, revelam e alimentam estruturas hierárquicas e relações de subordinação previamente definidas.” (pag 111)

A autora explicita assim a “racionalidade social dissimulada na racionalidade científica e técnica”.

O uso de “poderes” no plural, na linha do “Professional Powers” de Friedson, encerra todos os pressupostos da abordagem: as profissões não têm um poder monolítico, nem são aplicáveis ao seu estudo noções como hegemonia, dominação e monopólio de discurso; nem se trata de uma nova classe no sentido de posse de um conjunto de interesses comuns; as profissões formam

grupos heterogêneos, internamente estratificados, que exercem “poderes concretos e específicos que não sendo ilimitados, são historicamente variáveis estruturalmente dispersos e necessitam de ser delineados em termos das instituições que os possibilitam”.

2 - Em segundo lugar, Graça Carapinheiro, ao estudar um grupo profissional cujo quotidiano de trabalho se desenvolve num contexto organizacional, contribui para o debate centrado no conflito inerente à integração de profissionais em organizações.

Segundo alguns autores, os traços característicos (burocráticos), como os objectivos (económicos) das organizações, seriam incompatíveis com os traços característicos (autonomia) e os objectivos (desenvolvimento do saber e serviço à comunidade) das profissões. A oposição da racionalidade burocrática à racionalidade profissional, da autoridade formal à autoridade do conhecimento, desencadearia reacções, por parte das organizações, com vista à obtenção de maior controlo e integração; e por parte dos profissionais, com vista à manutenção da autonomia.

No outro extremo do debate, alguns autores defendem que não existe qualquer conflito, pelo contrário, as profissões encontram nas organizações complexas um ambiente favorável: estruturas orgânicas flexíveis e policêntricas, culturas organizacionais favoráveis aos valores do profissionalismo (como a competência e a motivação individual), sendo os profissionais em organizações compensados por largas margens de autonomia na identificação e resolução de problemas, na execução das tarefas e na margem de incerteza a elas associadas.

Ora justamente, os autores que relevam a incompatibilidade entre profissões e organizações associam a entrada massiva dos profissionais em organizações, e o aumento do assalariamento,

como é hoje o caso dos médicos. a uma significativa perda de controlo do processo e conteúdo de trabalho; à perda dos valores do profissionalismo centrados no ideal de serviço á comunidade, na autonomia, etc..

Neste trabalho de investigação descrevem-se e analisam-se os mecanismos desenvolvidos pelo poder administrativo, no sentido de alcançar uma maior racionalidade que passa evidentemente por medidas de controlo do trabalho médico, como as práticas e estratégias desenvolvidas pelos profissionais, no sentido da manutenção do estatuto e do poder profissional.

Assim, através da análise das relações entre os poderes-saberes médicos e o poder administrativo, demonstra-se a compatibilidade entre os dois poderes, com domínio dos poderes médicos:

“o modelo de racionalidade médica domina o modelo de racionalidade organizativa, fazendo sucumbir os projectos de controlo social do poder administrativo nas zonas de acção e decisão mais vulneráveis para o reforço do poder médico no hospital” (...), reforço este visível “(...) no nível de especialização das actividades médicas, na possibilidade de constituição de clientelas próprias, na angariação de recursos suplementares, na conquista de autonomia, funcional e profissional progressivamente mais ampla face ao controlo do poder administrativo”. (pag 282)

Por outro lado, mostra-se, também, como o emprego em organizações é muitas vezes combinado com o exercício profissional em regime liberal e desta articulação resulta um reforço do prestígio e dos privilégios.

3 - Finalmente, este trabalho de investigação contribui para a discussão acerca do sentido de evolução das profissões: enquanto alguns teóricos tendem a considerar a importância crescente da ciência, do conhecimento e da informa-

ção, e, portanto, das profissões enquanto forma de organização social (teses da dominância), outros prospectivam a erosão do fenómeno das profissões (teses do declínio).

As teses do relativo **declínio das profissões** partem da observação de modificações ocorridas nos sistemas sociais, culturais e económicos das sociedades contemporâneas, desenvolvendo-se em torno de conceitos como o de proletarianização e desprofissionalização.

Assim, tendências como a da divulgação dos conhecimentos junto de populações potencialmente mais informadas e instruídas e a familiarização dos leigos com a actividade dos profissionais favoreceria atitudes de desafio da autoridade profissional; o conhecimento dos efeitos perversos das aplicações da ciência e da técnica, teria como consequência a convicção da necessidade de controlo das profissões; o desenvolvimento de novas áreas de conhecimento e a emergência de novos grupos profissionais poriam em causa os monopólios profissionais estabelecidos; por outro lado, as tendências de evolução interna no sentido da especialização e fragmentação dos grupos profissionais, implicaria a perda de capacidade colectiva de negociação; o desenvolvimento das actividades profissionais em organizações burocráticas e consequente assalariamento, subordinação e perda de autonomia por parte dos profissionais no controlo do seu trabalho e na relação com os clientes; por último, alterações na composição demográfica das profissões, nomeadamente a entrada massiva de mulheres em actividades anteriormente desenvolvidas por homens, constituiria também um factor de perda de prestígio e privilégios.

A situação actual das profissões seria marcada por uma evolução no sentido da perda de protagonismo, manifesta a um nível macro e a um nível micro.

As teses da **dominância** são, umas mais pessimistas (prospectivando uma

sociedade dominada por tecnocratas) e, outras, mais optimistas (acreditando na bondade e superioridade do conhecimento científico), mas relevam sobretudo a centralidade da ciência e da técnica nas sociedades contemporâneas, os processos de reprodução e de alargamento do espectro do poder profissional e domínios de influência.

Este livro fornece uma contribuição a esta discussão. Embora não entrando no debate apaixonante (e talvez evadido de ideologia e voluntarismo) acerca da positividade ou negatividade do poder profissional e do papel actual das profissões, centra-se na análise e explicação dos processos da sua construção ao nível micro (o quotidiano de trabalho), contestando as teses do declínio do poder profissional.

Mostra como as variáveis internas e externas a que está hoje sujeita a profissão médica, nomeadamente os mecanismos de controlo do poder profissional pelo poder administrativo e as estratégias de doentes e outros actores envolvidos no processo, são superados, deixando incólume aquilo que é a essência do poder, isto é, o saber formal institucionalizado no sistema de educação superior e transformado e actualizado no quotidiano de trabalho em saberes instrumentalizados e instrumentalizáveis em poderes.

“As práticas médicas hospitalares observadas permanecem ainda ancoradas numa relação mágico-carismática entre médico e doente, mantendo-se a consagração do princípio de fé na sabedoria médica e na ignorância do profano. A maior inteligibilidade do acto médico não se traduz na sua total apropriação pela organização hospitalar. Crescem as dependências técnicas entre os serviços de cuidados directos e entre estes e os serviços centrais de diagnóstico, mas delas não decorre o fim da atomização dos serviços hospitalares nem o declínio do serviço enquanto

centro de decisão autónomo, na sua substituição pelo hospital como unidade técnico-económicas de base. A própria especialização médica não se tem traduzido na substituição total da decisão pessoal pelo trabalho de equipa, o acto decisório de formulação de um diagnóstico e de prescrição de uma terapêutica pertence a um médico individualizado, apesar de se fundamentar num conjunto de actos realizados por um colectivo de trabalho ou de uma cadeia de operações realizadas por especialistas diferentes”.(pag.148)

Para terminar, uma observação apenas. O livro “Saberes e poderes no hospital” contribui para a análise do processo de profissionalização, situando-se a um nível de análise micro, centrado nas práticas do quotidiano de trabalho, privilegiado tradicionalmente pela corrente interaccionista, que defende a necessidade desta colocação para a apreensão directa da construção e fundamentação dos fenómenos sociais.

No entanto, é largo o espectro do poder profissional e são não apenas sociologicamente legítimas, como necessárias, para um entendimento mais global do fenómeno profissão, abordagens de nível macro que permitam apreender os grupos profissionais em toda a sua complexidade e estratificação.

De resto, as abordagens fenomenológicas centradas nos processos não são incompatíveis, muito pelo contrário, com as abordagens que relevem as formas de organização social.

Não é só ao nível micro do quotidiano de trabalho que os actores se organizam e desenvolvem estratégias para obter poderes e os correspondentes privilégios. Outros níveis de actuação protagonizados por actores colectivos (associações profissionais e sindicais, etc..) ao nível do poder económico e administrativo, e mesmo o papel do Estado nestes processos, não são aqui

considerados, porque esse não era, de facto, o objectivo da autora. Todavia, estes outros níveis de análise, bem como a perspectiva histórica de evolução do grupo, revelam-se de grande importân-

cia para uma apreensão sociológica da profissão médica.

*Maria de Lurdes Rodrigues*  
Dez.1993